



COMUNICADO AOS ASSOCIADOS

O Sindicato Nacional das Polícias Municipais vem comunicar aos associados que é com grande frustração e tristeza que da reunião tida com o Ministro da Administração Interna Miguel Macedo e Secretário de Estado da Administração Interna João Almeida o resultado apresentado foi **NULO**, de acordo com o compromisso assumido na última Audiência com SNPM a 11 de Abril de 2013 e na posterior Audiência Regimental e RASI de 28 Maio 2013, relativamente aos assuntos da carreira de polícia municipal.

Desta reunião, a palavra que mais se ouviu falar do próprio Sr. Ministro foi **NÃO** a praticamente a todas as reivindicações que o SNPM tem vindo a fazer em relação às polícias municipais, nomeadamente à questão do vínculo de nomeação, regulamentação da carreira, atualização do índice remuneratório, à criação de um estatuto disciplinar e hierarquização, regulamentação da cooperação com as Forças de Segurança e do regime de serviços de gratificados, entre outras anunciadas no Caderno Reivindicativo.

Para nossa admiração continuou a mostrar-se surpreendido em relação ao seu dever legal de regulamentar as diversas matérias referentes às carreiras das polícias municipais, tendo ficado o SNPM com a noção de falta de competência do MAI assim como a contínua omissão legislativa do Governo quanto a estes assuntos.

Durante as mais de 2h e 30m de reunião, o SNPM relatou as grandes dificuldades que se vivem em diversas polícias municipais concretizando inclusive os municípios onde se verificam as situações mais gritantes ao que o MAI reagiu com indiferença e despesismo, declinando responsabilidades e aponta o dedo aos executivos municipais.

Mesmo compreendendo que a Lei 19/2004 de 20 de Maio é lacunosa e de difícil regulamentação, **NÃO** se alvitra nem prontifica a propor à Assembleia da República da alteração da mesma.

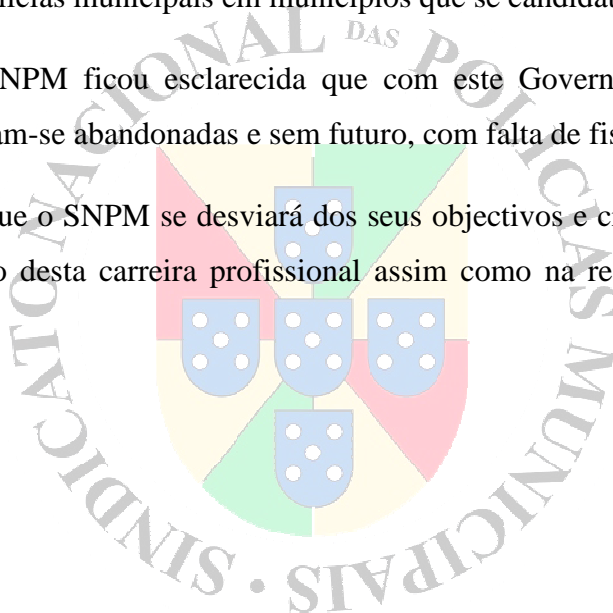
No entanto reafirmou que o modelo Lisboa e Porto é para se manter nos moldes em que se encontram recusando-se categoricamente propor a hipótese de alargar o modelo às restantes polícias municipais espalhadas pelo país.

Confirmou que a única acção que tomou relativamente aos assuntos das polícias municipais foi o envio do regulamento de fardamento à ANMP e tendo novamente ficado com um exemplar do Caderno Reivindicativo para análise, ao qual pela postura adoptada não recai qualquer tipo de confiança sobre iniciativas e ações a adoptar para as polícias municipais.

Ficou saliente por parte do Sr. Ministro a desresponsabilização do Governo sobre o futuro das polícias municipais, afirmando até que tinham recusado a autorização de criação de novas polícias municipais em municípios que se candidataram.

A Delegação do SNPM ficou esclarecida que com este Governo actual as polícias municipais encontram-se abandonadas e sem futuro, com falta de fiscalização e tutela.

Não será por isso que o SNPM se desviará dos seus objectivos e criar novas formas de luta na dignificação desta carreira profissional assim como na resolução de conflitos laborais.



A Direção SNPM